



TESTEMUNHO, ÉTICA DO CUIDADO E INJUSTIÇA EPISTÊMICA: elementos para uma epistemologia da comunicação¹

TESTIMONY, ETHICS OF CARE, AND EPISTEMIC INJUSTICE: Elements for an Epistemology of Communication

Maurício Liesen ²

Resumo: Este estudo teórico-exploratório investiga a pertinência da ética do cuidado e da filosofia do testemunho para os estudos em comunicação. A pesquisa argumenta que essas abordagens permitem pensar uma epistemologia da comunicação que considera aspectos relacionais, éticos e políticos do conhecimento. O trabalho está dividido em quatro partes: contextualização da proposta no campo epistemológico-comunicacional; apresentação da ética do cuidado e sua crítica comunicacional à epistemologia; análise da filosofia do testemunho e sua contribuição para a epistemologia social; e discussão sobre injustiças epistêmicas e suas implicações comunicacionais. Ao final, espera-se fornecer elementos para uma problematização inicial da epistemologia a partir de suas dimensões comunicacionais.

Palavras-Chave: Epistemologia da Comunicação. Filosofia do Testemunho. Ética do Cuidado. Violência Epistêmica. Filosofia da Comunicação.

Abstract: This theoretical-exploratory study investigates the relevance of the ethics of care and the philosophy of testimony for communication studies. The research argues that these approaches allow for an epistemology of communication that considers the relational, ethical, and political aspects of knowledge. The study is divided into four parts: contextualization of the proposal within the epistemological-communical field; presentation of the ethics of care and its communicational critique of epistemology; analysis of the philosophy of testimony and its contribution to social epistemology; and discussion of epistemic injustices and their communicational implications. In the end, it is expected to provide elements for an initial problematization of epistemology based on its communicational dimensions.

Keywords: Epistemology of Communication. Philosophy of Testimony. Ethics of Care. Epistemic Violence. Philosophy of Communication.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Professor Adjunto do Departamento de Mídias Digitais da Universidade Federal da Paraíba (DEMID/UFPB). E-mail: mauricioliesen@cchla.ufpb.br.

1. Introdução

Este trabalho discute a pertinência aos estudos em comunicação de duas perspectivas epistemológicas contemporâneas: a ética do cuidado (COLLINS, 2000; GILLIGAN, 2003; TRONTO, 1993, 2013) e a filosofia do testemunho (COADY, 1992; GELFERT, 2014; LACKEY; SOSA, 2006; SHIEBER, 2015). A despeito das suas especificidades, ambas fazem um contraponto às ideias de verdade e ciência estruturadas a partir de noções como indivíduo, universalidade, neutralidade e objetividade do conhecimento e da evidência. Em seus lugares, surgem termos como relacionalidade, vulnerabilidade, contexto, vínculo e o comum para figurar a práxis epistêmica como uma prática entre pessoas (não a ação de um indivíduo) atravessada por relações de poder, conflitos e injustiças (FRICKER, 2007). Como espera-se ser demonstrado no decorrer do texto, a importância dessas diferentes abordagens para o debate epistemológico nos estudos sobre a comunicação humana se encontra no fato de que elas podem fornecer subsídios para uma epistemologia da comunicação não apenas dedicada à aplicação de teorias da ciência para a sua constituição enquanto área específica do saber, mas, principalmente, preocupada em investigar em que medida a epistemologia pode ser tensionada com base em seus elementos comunicacionais. O que se leva em consideração, portanto, é o duplo vínculo que o termo genitivo “epistemologia da comunicação” sugere. Ou seja, problemas epistemológicos (como, por exemplo, sobre a constituição, produção, circulação, tradução, transferência do conhecimento e da verdade, os obstáculos para sua realização e sobre que pode ser conhecido) são questionados em seus aspectos relacionais e inter-humanos — portanto, éticos (relação com um outro enquanto alteridade) e políticos (relação inter-humana enquanto pluralidade). Em outras palavras, não apenas uma epistemologia da/para/na comunicação, mas uma comunicação da/para/na epistemologia.

Com o objetivo de apresentar essa perspectiva epistemológica de uma maneira teórico-argumentativa — cuja base metodológica encontra-se em revisão de literatura e interpretações teórico-conceituais a partir da discussão dos textos originais e alguns comentadores (REESE, 2023) —, este estudo teórico-conceitual está dividido em cinco partes. O primeiro tópico trata da localização da perspectiva proposta tanto dentro do quadro de discussões epistemológico-comunicacionais no Brasil, quanto em relação a uma visão restritiva de epistemologia enquanto teoria da ciência. O segundo tópico trata de um

apresentação da ética do cuidado e suas implicações epistemológicas com o objetivo de situar, com base em pensadoras feministas como Carol Gilligan (2003) e Joan Tronto (1993; 2013), o que poderíamos chamar de uma crítica comunicacional à epistemologia. Na terceira parte, é apresentado um panorama teórico sobre a filosofia do testemunho e suas contribuições para a elaboração de uma epistemologia social, particularmente com base no pensamento de C.A. J. Coady (1992). Nesse momento do texto, também são discutidos as dimensões comunicacionais do testemunho, seus dilemas e sua pertinência para se compreender problemas contemporâneos que envolvem a comunicação e o conhecimento a partir dos trabalhos de Dieter Mersch (2023), Paul Frosh e Amit Pinchevski (2009). Por sua vez, o quarto tópico discorre sobre a dimensão comunicacional das injustiças epistêmicas, termo sugerido pela filósofa Miranda Fricker (2007) e capaz de abranger outras noções semelhantes como violência epistêmica (SPIVAK, 2010), epistemicídio (MENESES; SANTOS, 2013) e racismo epistêmico (CARNEIRO, 2005). Nas considerações finais, além de uma recapitulação do que foi exposto durante o trabalho, a discussão em torno de uma comunicação da epistemologia é retomada com a esperança de oferecer um quadro mais amplo sobre a importância de transpor o debate epistêmico-comunicacional para outras vozes do discurso filosófico que dão suporte a distintas posições epistemológicas contemporâneas.

2. Da epistemologia da comunicação à comunicação da epistemologia

Em um arco temporal de pouco mais de duas décadas, o genitivo “epistemologia da comunicação” conseguiu se estabelecer como um termo aglutinador de debates e publicações sobre os fundamentos (BRAGA, 2018, 2016; MARCONDES FILHO, 2010; SODRÉ, 2014), sobre a gênese e a organização (QUIROGA, 2014), sobre as especificidades (SIGNATES, 2021) ou ainda sobre a científicidade (MARTINO, 2017) do saber produzido na área de (pesquisa, extensão e ensino em) Comunicação no Brasil. Da coletânea que popularizou o uso do termo (LOPES, 2003) à denúncia da sua inconsistência ou mesmo da falência do seu projeto a partir de um balanço crítico das obras dos seus principais proponentes (RÜDIGER, 2022), o gesto fundacional de constituição da Comunicação como um campo específico de

produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais permanece como um *basso continuo* nas discussões sobre o termo.

Essa defesa em torno de uma especificidade epistêmica ganhou forma, por um lado, com a sobreposição de investigações teórico-conceituais (MARTINO, 2018) transpostas como reflexões epistemológicas.³ Face à necessidade de identificação do par objeto/conceito capaz de inaugurar uma ciência ou pelo menos um campo de interesse para estudos científicos, questões que estariam no centro da epistemologia (por exemplo, “o que e como sabemos”, “o que é saber” ou mesmo “se podemos saber”) fragmentam-se tanto em investigações histórico-teóricas — preocupadas, por exemplo, com a existência de teorias formativas para uma (im)provável disciplina (MARTINO; BERGER; CRAIG, 2007; MARTINO, 2017) — quanto em debates metodológicos sobre as particularidades do objeto de pesquisa comunicacional e seus métodos investigativos (FRANÇA; SIMÕES, 2018). Por outro lado, também há a tentativa de fundar a especificidade epistêmica da Comunicação não por meio da formação de um cânone teórico e metodológico, mas por um olhar voltado às práticas de pesquisa realizadas dentro daquilo que institucionalmente já estaria dado como a área da Comunicação. Nesse sentido, o que estaria sendo buscado não é uma definição *apriori* para orientar as pesquisas no campo, mas, sim, a revelação de processos existentes “epistemicamente caracterizados por uma perspectiva comunicacional” (BRAGA, 2011, p.66). Para além da reivindicação ou do rechaço de uma postura normativa sobre aquilo que deva ser definido como pesquisa em Comunicação, nos últimos vinte anos diversas abordagens deram impulso à reflexão sobre a constituição e validade científica dos saberes produzidos na área — o que só é possível quando há uma certa estabilidade institucional.

Entretanto, é curioso notar que a maioria dos estudos epistêmico-comunicacionais buscam definir o conhecimento “comunicacional” por meio dos instrumentos teóricos e metodológicos da própria Ciência da Comunicação (que estaria, de maneira reversa, sendo constituída pela definição do seu conhecimento específico). Esse aparente dilema da sobreposição entre pesquisas epistemológicas e teóricas se reflete na definição do seu objeto

³ Em um balanço publicado há dez anos sobre os trabalhos apresentados no GT Epistemologias da Comunicação da Compós, por exemplo, Luís Mauro Martino (2014) já demonstrara que a conceituação de comunicação havia sido o tema mais recorrente daquele fórum.

científico. Ele poderia ser expresso, por exemplo, de modo tautológico como “a comunicação estuda a comunicação”. Ou ainda pela falsa metonímia de que “a comunicação estuda a mídia”. O problema da primeira expressão é que toda epistemologia é dependente de uma ontologia (*o que é* que [ou sobre *o que*] se busca conhecer?), ou seja, a definição de comunicação é ponto de partida para qualquer pesquisa na área, mesmo que boa parte de suas teorias não se preocupe em defini-la. O da segunda expressão é ainda mais complexo, pois, além de demandar uma ontologia da mídia, deslocaria o objeto de estudo para uma outra área (estudos de mídia; teorias da mídia/dos meios) — não por acaso, há mais de uma década, já se denuncia que as pesquisas comunicacionais no Brasil são, em sua maioria, estudos de mídia (FELINTO, 2011).

O problema de uma sobreposição entre epistemologia e ontologia na constituição de um campo de investigação científica não é um excepcionalismo da Comunicação. A Psicologia é um outro exemplo tanto de uma área em que pesquisas empíricas e teóricas nem sempre estão em diálogo, como de um campo em trânsito entre diversas ciências e disciplinas (Humanas, Biológicas e Sociais Aplicadas). E o caminho para a investigação sobre a crítica à ausência de fundamentos conceituais é trilhado por meio de um terceiro elemento: a filosofia (da psicologia), enquanto *locus* privilegiado de reflexão conceitual (LAURENTI; LOPES; ARAÚJO, 2016), seja ela ontológica, metafísica, moral, ética, estética ou política. Por sua vez, a urgência de uma filosofia da comunicação também vem sendo defendida desde os primórdios da sedimentação dos estudos comunicacionais na academia brasileira (LIESEN, 2022). Contudo, em contraponto a outros contextos acadêmicos — como, por exemplo, a emergência da filosofia dos meios enquanto cátedra e área de pesquisa dentro dos estudos de mídia na Alemanha no início deste século (LIESEN, 2020) —, esse debate ainda permanece incipiente no Brasil.

No caso da proposição de uma epistemologia da comunicação, a ausência de um arcabouço teórico-filosófico contribui para a persistência de um ponto cego sobre o duplo vínculo genitivo da preposição “de” que forma o termo: o que está em jogo no encontro dos dois substantivos não é apenas a aplicação de proposições epistemológicas para a ordenação e análise do conhecimento produzido na área, mas como a epistemologia pode ser tensionada por uma reflexão sobre a comunicação. Não se trata de uma ponderação sobre a influência

dos meios na produção, na circulação e na recepção do conhecimento — o que, antes, demandaria numa epistemologia da mídia voltada para as práticas mediais do conhecimento (KOCH; KRÄMER, 1997; VOGEL, 2023; KRÄMER, 2004; MERSCH, 2015) — mas, sim, de discutir a possibilidade de uma comunicação da (na/para a) epistemologia. Mas o que isso significa?

Uma resposta a essa questão pode ser encontrada em diferentes contribuições para uma filosofia da comunicação pelo menos desde a primeira metade do século passado (LIESEN, 2015), em especial a partir das “descobertas” do outro, da pluralidade ou do comum como condição de possibilidade da ética (LEVINAS, 2008), da política (ARENKT, 2007) ou da existência (HEIDEGGER, 2006). Para o Karl Jaspers (1973) — um dos mais enfáticos na elaboração conceitual do termo “comunicação” na filosofia do século XX —, o conhecimento tem como pré-requisito a comunicabilidade. Sem esse fundamento, nenhuma realização da verdade poderia ocorrer, pois sua base seria o relacionamento humano. Assim, Jaspers defende que o conhecimento só existe *em* comunicação, nunca como uma elaboração solitária das faculdades racionais do indivíduo.

Essa virada comunicacional na filosofia ganhou um novo impulso a partir da década de 1970 com o tensionamento da epistemologia por meio do pensamento feminista (GILLIGAN, 2003; TRONTO, 1993, 2013) e sua revalorização de noções como relacionalidade, vulnerabilidade e cuidado. Com base nessas categorias, relações entre conhecimento e poder no silenciamento de diferentes perspectivas não poderiam mais ser ignoradas. De acordo com essa perspectiva, por determinar quais questões merecem investigação, quais estruturas interpretativas de análise serão usadas e qual a aplicação do conhecimento obtido, a epistemologia deve ser pensada em intersecção com a ética e a política. Na palavras de Patricia Hill Collins (2000, p.262), “longe de ser o estudo apolítico da verdade, a epistemologia aponta para as maneiras pelas quais as relações de poder moldam quem é acreditado e por quê”.

Nas últimas décadas, o aspecto relacional da epistemologia e a importância do lugar de quem é acreditado também assumem um papel central na chamada filosofia do testemunho (COADY, 1992; GELFERT, 2014; LACKEY; SOSA, 2006; SHIEBER, 2015) em sua preocupação com o status epistemológico das crenças adquiridas através do ato de receber

conhecimento ou informações de outros, ou seja, do seu testemunho. Dito de outra forma, trata-se de apreender um conceito de verdade orientado para a socialidade, para a relação ou comunicação a partir do aspecto testemunhal do conhecimento: como e por que confiamos no que os outros nos dizem? O que torna o testemunho uma fonte confiável de conhecimento? Em que condições podemos confiar no testemunho dos outros? Como o testemunho se relaciona com outras fontes de conhecimento, como percepção e inferência? São, pois, questões que remetem a um espaço comum de encontro e partilha, caras às reflexões teórico-filosóficas da comunicação (SODRÉ, 2014).

A apresentação dessas duas correntes epistemológicas é o objetivo dos dois tópicos seguintes. Em comum, essas duas perspectivas nos ajudam a perceber a epistemologia não apenas como um campo de disputa de poder — que conhecemos desde o alvorecer da ciência moderna com Francis Bacon (particularmente em seu *Novum Organum Scientiarum*, de 1620) e depois, de forma mais proeminente, com Michel Foucault (1966) que introduziu o conceito de “regimes de verdade”, argumentando que diferentes modos de pensar a verdade determinam sua aceitação e validade dentro de determinados discursos e estruturas de poder —, mas também como de exclusão e dissenso. Por esse motivo, a última parte deste trabalho se dedica ao debate em torno de injustiças epistêmicas e seus desafios.

3. Aspectos epistêmico-comunicacionais da ética do cuidado

A dimensão epistêmico-comunicacional da ética do cuidado pode ser localizada na maneira como debates morais e epistemológicos são reformulados por meio da observação das formas de como a atenção, a preocupação ou a consideração em relação a uma ação ou situação são concebidas, praticadas e legitimadas dentro das relações sociais. Esta dimensão se baseia na reflexão sobre como o conhecimento é produzido e compartilhado, considerando as estruturas de poder e as relações interpessoais que moldam a compreensão do cuidado. Carol Gilligan (2003), em sua obra *In a Different Voice*, de 1982, propôs a distinção entre a ética da justiça e a ética do cuidado, demonstrando que o desenvolvimento moral não se baseia apenas em princípios abstratos de direitos e justiça, mas também em uma perspectiva

relacional, centrada na responsabilidade e na conexão entre os indivíduos (GILLIGAN, 2003, p.63).

Em seu livro, Gilligan desenvolve suas principais ideias a partir de um estudo com base no chamado “dilema de Heinz”, um teste moral originalmente utilizado pelo psicólogo estadunidense Lawrence Kohlberg para avaliar o desenvolvimento moral em crianças. No dilema, um homem chamado Heinz precisa decidir se deve roubar um medicamento para salvar sua esposa doente, já que não tem dinheiro para comprá-lo. Kohlberg argumentava que os meninos, ao optar sem grandes hesitações pelo roubo, tendiam a demonstrar raciocínio moral mais avançado, pois suas respostas se baseavam na justiça e em princípios universais. A partir desse experimento, Kohlberg desenvolveu a ética da justiça, baseada na ideia de que o desenvolvimento moral ocorre através de estágios de raciocínio lógico e imparcialidade, enfatizando a obediência a regras, contratos sociais e direitos individuais. No entanto, Gilligan havia percebido que as meninas frequentemente adotavam um raciocínio diferente, enfatizando a empatia, a responsabilidade e a manutenção dos relacionamentos, questionando não apenas a dicotomia entre “roubar ou não roubar”, mas buscando alternativas que levassem em conta variáveis como tempo, laços sociais e consequências comunitárias (GILLIGAN, 2003, p. 24 et seq.). Algumas meninas entrevistadas, por exemplo, haviam respondido que Heinz deveria tentar negociar mais com o farmacêutico, buscar ajuda da comunidade ou explorar outras formas de solucionar o problema sem recorrer ao roubo. Ao contrário de considerar essa abordagem inferior, Gilligan propôs que a ética do cuidado representava uma forma alternativa e igualmente válida de moralidade, baseada na atenção ao contexto e à interdependência humana. Não uma abordagem baseada em regras universais e imparciais, mas na valorização do contexto e a particularidade das relações humanas, reconhecendo que a moralidade não se resume à aplicação de princípios racionais, mas envolve sensibilidade e empatia em relação às necessidades do outro.

A ética do cuidado, portanto, diferiria da ética da justiça ao priorizar conexões humanas e o reconhecimento da interdependência, em oposição à visão tradicional que valoriza a autonomia e a independência como ideais morais. Em vez de se basear em um sistema hierárquico de regras e deveres, a ética do cuidado entende que as decisões morais devem ser tomadas levando em consideração o impacto emocional e relacional que terão sobre os

envolvidos. Enquanto a ética da justiça muitas vezes estrutura os dilemas morais em termos de direitos e deveres universais, a ética do cuidado enfatiza o compromisso com o bem-estar dos outros e a responsabilidade compartilhada dentro de uma rede de relações.

Mas foi a cientista política Joan Tronto (1993, 2013) responsável por popularizar essa abordagem ao integrá-la a questões políticas e sociais. Para além do contexto moral, psicológico e de gênero, Tronto argumenta que o cuidado não é apenas uma questão individual ou mesmo praticada apenas por mulheres, mas uma necessidade estrutural da sociedade que deveria ser incorporada na política e nas instituições. O conceito de cuidado, portanto, assume em sua obra um sentido mais amplo. Elaborado em parceria com Berenice Fisher (1990), Tronto amplia o conceito de cuidado para abranger qualquer atividade que o ser humano faz para manter, continuar e reparar o mundo. “Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso ambiente, todos os quais procuramos entrelaçar em uma teia complexa e que sustenta a vida” (TRONTO, 2013, p.103).⁴

Em sua obra *Caring Democracy* (2013), Tronto enfatiza a importância de valores como pluralidade, comunicação, confiança e responsabilidade, propondo que a democracia deve ser fundamentada no cuidado e na interdependência entre os cidadãos. A autora também foi responsável por identificar quatro elementos fundamentais do cuidado: atentar-se às necessidades do outro (*caring about*); assumir a responsabilidade pelo cuidado (*taking care of*); o cuidado como ação concreta de cuidar (*care-giving*); e a resposta da pessoa cuidada (*care-receiving*).

Mais do que discutir cada um desses elementos, cabe, no escopo deste trabalho, ressaltar que, do ponto de vista epistemológico, sua ética do cuidado contrasta com teorias baseadas no ideal moderno de indivíduo autônomo preso a um contrato social, nos termos de John Locke e Thomas Hobbes. Tronto observa que em muitas situações, como a infância, há grandes desequilíbrios de poder entre os indivíduos e, portanto, esses relacionamentos são baseados no cuidado e não em qualquer forma de contrato. Assim, ao observar os desequilíbrios de poder que podem existir na sociedade, ela defende que o cuidado pode ser uma base melhor para entender a sociedade. Em sua obra, pode-se encontrar subsídios para

⁴ Todas as traduções deste trabalho, quando não especificadas as versões em português, são de minha autoria.

uma crítica ao entronamento da autonomia do sujeito cognoscente, apreendido na figura do “*self-made man*”: “Essas figuras ‘self-made’ não só achariam difícil admitir o grau em que o cuidado tornou suas vidas possíveis, mas tal admissão prejudicaria a legitimidade da distribuição desigual de poder, recursos e privilégios dos quais são os beneficiários” (TRONTO, 2013, p.111).

Assim, do ponto de vista epistemológico, a ética do cuidado pode fornecer subsídios para uma discussão sobre o papel de um princípio comunicacional (baseado na relação interpessoal) para a produção de conhecimento. Algo semelhante também pode ser observado na chamada filosofia do testemunho, que explora a maneira como o conhecimento é compartilhado e reconhecido dentro das relações humanas. Assim como na ética do cuidado, a filosofia do testemunho destaca a importância de ouvir e validar as experiências dos outros, especialmente aqueles cujas vozes são frequentemente marginalizadas. Ambas as abordagens valorizam a escuta ativa e a responsividade, a o mesmo tempo em que reconhecem a autoridade epistêmica do outro e compreendem o conhecimento como um fenômeno relacional.

4. Dimensão epistêmico-comunicacional da filosofia do testemunho

No espaço de reflexão epistemológica, o conceito de testemunho ganhou notoriedade apenas recentemente (COADY, 1992; LACKEY E SOSA, 2006; MOREIRA, 2015; SHIEBER, 2015). Na tradição filosófica, o testemunho é frequentemente considerado uma forma secundária de conhecimento, sujeito às falibilidades da transmissão discursiva. No entanto, filósofos contemporâneos como C.A.J. Coady (1992) buscam superar essa visão ao destacar o papel constitutivo do testemunho na formação do conhecimento. O testemunho não seria um mero relato derivado, mas uma categoria epistêmica fundamental, não redutível a observação direta ou inferência dedutiva.

Em seu sentido mais geral, o conceito de testemunho descreve o relato dado por uma outra pessoa. Ou seja, é um tipo de conhecimento que não é vivenciado diretamente por um eu, mas que é mediado por outra pessoa que teve a experiência. Essa forma de conhecimento, que difere daquele da percepção direta, desempenha um papel fundamental não apenas na

economia do conhecimento – na produção de saber que sempre parte de um saber anterior – mas na nossa própria condição como seres humanos: fiamo-nos em relatos de outras pessoas para sabermos quando e onde nascemos, o que devemos ou não comer, nos informamos sobre a história, nos integramos a compostos culturais, adquirimos linguagem, etc.

Mas esse sentido mais geral de testemunho, mesmo que facilmente verificável, traz questões complexas sobre a credibilidade da testemunha. Elementos como relações de poder, locais de fala, hierarquias, confiança, contexto social, entre outros, podem influenciar na maneira e por que uma testemunha é percebida como tal.

Por sua vez, cabe notar aqui que quando o testemunho é realizado em, pelos ou através dos media, trata-se de um “testemunho mediático”, termo cunhado pelos teóricos da comunicação israelenses Amit Pinchevski e Paul Frosh (2009). Trata-se de uma forma sui generis de testemunho, pois ao mesmo tempo em que um testemunho aparece como relato mediático, a própria audiência se torna testemunha, não apenas de acontecimentos distantes, mas do seu próprio tempo: “O testemunho mediático [...] classifica o público como o principal destinatário e como produtor primário, tornando o coletivo tanto o sujeito como o objeto do testemunho cotidiano, testemunhando sua própria realidade histórica à medida que se desenvolve” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 12).

Mas midiático ou não, sob o signo do testemunho, instauram-se sempre questões éticas e políticas sobre a confiabilidade, veracidade e credulidade. A partir dessa dimensão performática – já que uma testemunha só se torna testemunha durante o testemunho se for assumida como tal por quem a ouve – todo testemunho demanda uma resposta ética do público. Ela estabelece um duplo vínculo entre o dizer e o ouvir que traz consequências políticas, já que até mesmo o ato de ignorar ou silenciar um testemunho produz. Ao mesmo tempo, como observado pelo filósofo Jaques Derrida (2000), o testemunho deixa de ser testemunho quando se torna evidência. Já que linguagem, o testemunho convive com a possibilidade da ficção, da opinião e da mentira.

A testemunha, como o medium que carrega a presença de uma ausência (MERSCH, 2013) – uma experiência relatada, ou seja, que carrega os rastros de uma origem que não

pode ser apresentada –, é situacional e performativa⁵, pois ao mesmo tempo expõe a passividade do ver e a atividade do relatar. Com base no caso paradigmático da testemunha do tribunal, a filósofa dos meios Sybille Krämer (2016) desenvolve uma “gramática do testemunho” para evidenciar sua estrutura ambivalente: a testemunha é simultaneamente um meio de transmissão de conhecimento impessoal e um sujeito ético cuja autenticidade garante a validade de seu relato. Além disso, o papel do público como receptor ativo é fundamental na dinâmica do testemunho, pois é necessário um equilíbrio entre confiança e ceticismo na avaliação da veracidade. Em ambos os casos, o papel ativo do destinatário não é apenas um pré-requisito, mas também um elemento produtivo na transferência de conhecimento. “O testemunho, para além do paradigma da evidência, mostra a constituição social e ética da certeza” (SCHMIDT, 2016, p. 64).

Do ponto de vista comunicacional, o testemunho demanda uma ética da escuta que implica no desafio de sua partilha: como fazer justiça àqueles que ainda estão silenciados? Como deixar que a testemunha preste o seu próprio testemunho? A transmissão do testemunho não ocorre em um vácuo, mas sim em um contexto social e discursivo que influencia sua recepção e credibilidade. Historicamente, a exclusão de certos grupos do direito de testemunhar revela que o estatuto da testemunha é determinado tanto por fatores epistemológicos quanto por questões de poder. Mulheres, crianças, não-cristãos e outras categorias marginalizadas foram impedidas de testemunhar devido à presunção de sua falta de confiabilidade. Isso indica que acreditar em um testemunho implica também acreditar na integridade da pessoa que o emite. Como veremos no tópico seguinte, o preconceito epistêmico pode minar a credibilidade de testemunhas pertencentes a grupos historicamente marginalizados, sugerindo que a avaliação do testemunho está intrinsecamente ligada a estruturas sociais de poder.

Isso já havia sido colocado por Emmanuel Levinas, filósofo lituano-francês de origem judaica, conhecido por sua reflexão sobre ética, alteridade e responsabilidade pelo outro, sendo uma das figuras centrais da filosofia fenomenológica e ética do século XX. Em sua

⁵ Para relembrarmos aqui a formulação do filósofo J. L. Austin (1975), um ato de fala é performativo porque não descreve simplesmente a ação do falante, mas sim constitui a ação desse mesmo orador, como na frase “Eu vos declaro marido e mulher” proferida por um juiz.

abordagem sobre o testemunho, Levinas (1998) o concebe em sua forma mais fundamental, reduzindo-o ao essencial: a promessa, de um lado, e a confiança, de outro. Mas o que significa afirmar que o testemunho não pode ser entendido como um ato autônomo de conhecimento e que sua certeza não se fundamenta em provas, mas sim em uma confiança que, em última instância, carece de justificação objetiva? A estrutura do testemunho, ou seja, a dinâmica entre dar e aceitar, torna-se evidente na abstração radical que Levinas realiza de todo o conteúdo do dizer. No cerne dessa estrutura encontra-se a dualidade inseparável entre prometer e confiar. Esse espaço relacional — o “entre” que vincula a testemunha ao destinatário do testemunho — revela uma estrutura ética fundamental e irredutível. Em última instância, trata-se de uma estrutura essencialmente comunicacional.

A filosofia do testemunho, portanto, nos leva a reconsiderar a intersecção entre conhecimento, comunicação e ética. Longe de ser uma fonte secundária de conhecimento, o testemunho é um elemento essencial na construção da verdade compartilhada. Sua dimensão epistemológica, revela que ele é indissociável de outras formas de aquisição de conhecimento. Sua dimensão comunicacional destaca as condições sociais que determinam sua legitimidade, e sua dimensão ético-política, conforme formulada por Levinas, aponta para sua forma relacional e fiduciária. Assim, refletir sobre o testemunho não é apenas um exercício epistemológico, mas também um compromisso com a justiça e a verdade na esfera pública. Os estudos de Miranda Fricker (2007) e seu conceito de injustiça epistêmica ajudam a iluminar essa complexidade, fornecendo uma base sólida para pensar o testemunho não apenas como um fenômeno individual, mas como uma prática social profundamente arraigada em nossas estruturas políticas e institucionais.

5. Injustiças epistêmicas

O termo “injustiça epistêmica” foi postulado no início deste século pela filósofa inglesa Miranda Fricker (2007), em seu livro *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*, para descrever de maneira mais ampla as mais diversas formas de injustiça que afetam a capacidade epistêmico-comunicacional de pessoas e grupos de participar plenamente da troca de conhecimento e da construção coletiva de significado. Na mesma obra, Fricker delineia

dois tipos centrais de injustiças, que dialogam com os paradigmas apresentados até aqui: a injustiça testemunhal e a injustiça hermenêutica, ambas ancoradas em preconceitos e desigualdades estruturais que prejudicam a produção e a recepção do conhecimento.

A injustiça testemunhal ocorre quando a palavra de um indivíduo, apesar de sua experiência vivida, é desacreditada ou desvalorizada devido a preconceitos sociais sobre o indivíduo. A ideia de “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019) é relevante aqui, mas, mesmo quando alguém possui o direito ou a vivência para falar sobre determinado assunto, sua credibilidade pode ser desconsiderada ou minimizada pela audiência. Assim, o enfoque de Fricker recai antes na audiência e sua incapacidade de acolhimento e diálogo necessário para a produção do conhecimento (seja por condescendência, indiferença, etc.). Isso pode acontecer com base em fatores como origem, gênero, classe social, cor da pele, sotaque, nível educacional, profissão ou outras características pessoais que interferem na avaliação do testemunho.

Fricker argumenta que, neste contexto, o preconceito atua na economia da credibilidade, ou seja, em como a sociedade atribui ou retira valor epistemológico das palavras dos indivíduos (FIRCKER, 2007, p. 30 et seq.). O preconceito faz com que as declarações e conhecimentos sejam considerados menos dignos de confiança, ou até mesmo ignorados. Face à privação da credibilidade, a capacidade de contribuir ao discurso coletivo e, consequentemente, à construção do conhecimento, é severamente limitada. A injustiça testemunhal expõe um mecanismo de descrédito baseado em estereótipos que constitui uma violência epistêmica⁶.

A injustiça hermenêutica, por sua vez, refere-se a uma lacuna nas fontes de interpretação coletiva que coloca uma pessoa em desvantagem ao tentar dar conta de suas experiências sociais. Esse tipo de injustiça ocorre quando certas experiências são mal

6 Este termo ganhou popularidade a partir da análise da filósofa india Gayatri Spivak, em seu famoso ensaio “Pode o subalterno falar?” (1988). Nesse texto, Spivak explora o processo pelo qual os subalternos, ou aqueles marginalizados pelas estruturas de poder colonial e global, são impedidos de se expressar de maneira plena. Ela argumenta que, devido à falta de agência e representação, o subalterno muitas vezes não tem a capacidade de articular sua própria resistência ou de ser ouvido no discurso dominante. Spivak critica a tendência dos intelectuais, particularmente os pós-coloniais, de tentar falar em nome do subalterno. Ela revela a complexidade e as armadilhas desse processo, pois, muitas vezes, ao falar pelo outro, o intelectual reproduz as mesmas dinâmicas de dominação e silenciamento que tentaria subverter. O subalterno, nesse sentido, permanece sem voz, ou, se sua voz é ouvida, ela é filtrada através dos preconceitos do intelectual ou da estrutura de poder dominante.

compreendidas ou distorcidas devido à falta de recursos hermenêuticos coletivos disponíveis para compreender a experiência de grupos marginalizados.

Esses recursos hermenêuticos são compostos pelos repositórios de interpretação social compartilhada, ou seja, os conceitos, narrativas e quadros culturais que permitem aos indivíduos fazer sentido de suas experiências. Quando determinados grupos são sistematicamente excluídos da construção desses recursos interpretativos, suas experiências sociais ficam obscurecidas ou mal interpretadas. Isso impede que esses grupos se tornem sujeitos plenos de compreensão e expressão sobre suas próprias realidades.

Fricker aponta que a injustiça hermenêutica não é apenas uma falha no entendimento individual, mas uma falha sistêmica nas estruturas que regulam a interpretação social e cultural. Isso é especialmente grave porque, sem as ferramentas interpretativas adequadas, esses grupos ficam impossibilitados de comunicar suas experiências de maneira eficaz ou de se entenderem enquanto sujeitos de suas próprias histórias e lutas. Tal instrumento de violência epistêmica também é produzido no âmbito da comunicação, pois muito embora “a injustiça hermenêutica não seja perpetrada por indivíduos, ela normalmente se tornará aparente em trocas discursivas entre indivíduos” (FRICKER, 2007, p. 7).

Ambas as formas de injustiça epistêmica – testemunhal e hermenêutica – estão profundamente enraizadas em relações de poder. O preconceito, seja ele ativo ou passivo, influencia diretamente como o conhecimento é produzido, transmitido e validado na sociedade. A obra de Fricker traz insights para o papel da comunicação na produção de injustiças epistêmicas, já que o poder epistêmico não se manifesta apenas nas atitudes pessoais, mas também nas estruturas sociais mais amplas, que definem quem tem a autoridade para saber, quem é digno de ser ouvido e quais histórias merecem ser contadas.

6. Considerações finais: sobre uma epistemologia da comunicação

A pretensão desse trabalho foi a de buscar subsídios teóricos para problematizar o papel da “comunicação” na expressão “epistemologia da comunicação” com o intuito de investigar como a própria produção de conhecimento — e, em última instância, a própria epistemologia, — pode se tornar um objeto dos estudos de comunicação. Isso significa reconhecer que os

processos comunicacionais não são apenas veículos de transmissão do saber, mas também agentes constitutivos das formas de conhecer, influenciando a maneira como o conhecimento é produzido, legitimado e disseminado. Assim, ao invés de tratar a epistemologia como um campo exclusivamente metodológico, propõe-se compreendê-la a partir das dinâmicas comunicativas que moldam seu desenvolvimento.

A reflexão sobre as dimensões epistêmico-comunicacionais da ética do cuidado, da filosofia do testemunho e da injustiça epistêmica são apresentadas como possíveis caminhos de desenvolvimento de pesquisas a partir de uma primeira etapa de levantamento teórico-exploratório. Ainda de modo latente, as teorias costuradas neste texto apontam para a necessidade de afastar grandes categorias e de buscar uma micro-episteme que considere as especificidades de cada contexto de conhecimento. Essa micro-episteme não implica em menos rigor, tampouco na anulação de uma validade ampliada; ao contrário, ela reforça a importância de um cuidado mais atento e contextualizado com as formas de produção e circulação do saber.

A dimensão comunicacional da epistemologia se desvela, então, na crítica ao modo como a ciência é tradicionalmente estruturada. A construção de uma epistemologia nos estudos de comunicação que, ao mesmo tempo, tenha rigor e sensibilidade para as diversidades de saberes talvez seja uma resposta para aquilo que o filósofo Frieder Vogelmann recentemente denominou como “positivismo nostálgico” (VOGELMANN, 2023), que no cenário pós-pandemia deu corpo à crescente deslegitimização de saberes produzidos pelas Humanidades por conta de uma suposta falta de cientificismo.⁷

O conceito de “positivismo nostálgico” de Vogelmann refere-se a uma postura que idealiza um modelo de ciência baseado em um ideal de conhecimento absoluto e inalcançável, contribuindo assim para a deslegitimização social das ciências no cenário contemporâneo. Esse positivismo nostálgico sustenta a crença de que a ciência deveria ser uma fonte de verdades puras e incontestáveis, ignorando sua diversidade metodológica e a influência de fatores histórico-sociais em suas descobertas. Em oposição a essa visão, Vogelmann propõe uma abordagem mais realista, que reconhece a ciência como uma

⁷ Cf. p.ex. a obra da microbiologista Natália Pasternak (2023), que apresenta uma visão reducionista (positiva) de ciência.

atividade socialmente situada, cuja autoridade não deriva da ausência de condicionamentos históricos, mas da força inerente à sua busca por conhecimento. Assim, a verdade científica não é uma entidade transcendental, mas um produto do mundo real, influenciado por seu contexto, mas ainda assim capaz de fornecer o melhor conhecimento disponível.

Dentro desse espírito, a apresentação da ética do cuidado, da filosofia do testemunho e do conceito de injustiça epistêmica busca levantar questões sobre o papel da epistemologia na comunicação e vice-versa: até que ponto é possível refletir sobre a epistemologia com base em uma perspectiva comunicacional? Diante desse cenário, o presente trabalho buscou discutir abordagens epistemológicas contemporâneas que tivessem a comunicação como um elemento fundamental. Dessa forma, uma epistemologia da comunicação não deveria se limitar a uma discussão sobre os critérios de validação do conhecimento na área, mas também considerar os impactos das práticas de comunicação na constituição da verdade e da ciência. O questionamento das bases epistêmico-comunicacionais pode fornecer instrumentos para a compreensão de como diferentes saberes são organizados, legitimados e disputados dentro dos campos científico, político e social.

Referências

- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AUSTIN, John Langshaw. **How to Do Things with Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- FISHER, Berenice; TRONTO, Joan. Toward a Feminist Theory of Caring. In: ABEL, E; NELSON, M. (Org.). **Circles of Care**. Nova Iorque: Suny Press, 1990.
- BRAGA, José Luiz. O conhecimento comunicacional entre a essência e o episódio. In: FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula (Orgs). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018, p.119-139.
- BRAGA, José Luiz. O que é comunicação? **LÍBERO**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 15–20, 2016.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da Comunicação. **Revista Verso e Reverso**, 25(58), 62-77, 2011.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COADY, C. A. J. **Testimony: A Philosophical Study**. New York: Oxford University Press, 1992.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 10 ed. New York: Routledge, 2000.
- DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FELINTO, Erick. Da teoria da comunicação às teorias da mídia; temperando a epistemologia com uma dose de cibercultura. *Revista Eco-Pós*, v. 14, n. 1, 2011.

FRANÇA, VERA VEIGA; SIMÕES, PAULA (Org.). O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2018.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice: power and the ethics of knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FROSH, P.; PINCHEVSKI, A. (Org.). **Media Witnessing: Testimony in the Age of Mass Communication**. Hampshire/New York: Palgrave Macmillan, 2009.

GELFERT, A. **A Critical Introduction to Testimony**. London: Bloomsbury, 2014.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **Sein und Zeit**. Neunzehnte Auflage. Tübingen: Niemeyer, 2006.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JASPERS, Karl. **Philosophie II. Existenzherstellung**. Berlin, Heidelberg, New York: Springer-Verlag GmbH, 1973.

KOCH, P.; KRÄMER, S. (Org.). **Schrift, Medien, Kognition: über die Exteriorität des Geistes**. Tübingen: Stauffenburg, 1997.

KRÄMER, S. (Org.). **Performativität und Medialität**. München-Paderborn: Wilhelm Fink, 2004.

KRÄMER, S.; SCHMIDT, S. (Org.). **Zeugen in der Kunst**. Paderborn: Wilhelm Fink, 2016.

LACKEY, Jennifer; SOSA, Ernest (Org.). **The Epistemology of Testimony**. New York: Oxford University Press, 2006.

LAURENTI, Carolina; LOPES, Carlos Eduardo; ARAÚJO, Saulo de Freitas (Org.). **Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos**. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016.

LEVINAS, Emmanuel. **Jenseits des Seins oder anders als Sein geschieht**. tradução: Thomas Wiemer. München: Karl Alber, 1998.

_____. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2008.

LIESEN, Maurício. **Filosofia da Comunicação—para quê?**. Em: Anais do 31º Encontro Anual da COMPÓS; Imperatriz, Maranhão, Brasil. Campinas: Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/filosofia-da-comunicacao-para-que?lang=pt-br>

_____. Por meio do meio: crítica para uma teoria dos meios (de comunicação). **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, n. 43, 2020.

_____. Communicatio: communitio: koinonia. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 89–97, 2015.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O princípio da razão durante: O conceito de comunicação e a epistemologia metapórica**. São Paulo: Paulus, 2010.

MARTINO, Luiz Claudio. **Escritos sobre epistemologia da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MARTINO, Luís Cláudio; BERGER, Charles R.; CRAIG, Robert T. **Teorias da Comunicação: Muitas ou poucas?** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Dos “Fundamentos Científicos” à “Teoria da Comunicação”: uma controvérsia epistemológica nas origens da Área. **Comunicação & Informação**, v. 21, n. 3, p. 107, 2018.

_____. Trilhas de um espaço de pesquisa: o GT Epistemologia da Comunicação da Compós. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 11, n. 31, p. 159–177, 2014.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

MERSCH, Dieter. **Epistemologies of Aesthetics.** tradução: Laura Radosh. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

_____. Factuality and Testimony Denial. 11 Theses on Fakes and Verification. **Communication** +1, v. 10, n.1, 2023.

MOREIRA, Delvair. Epistemologia do testemunho: como justificamos crenças baseadas na palavra de outros? In: MÜLLER, Felipe de Matos; LUZ, Alexander Meyer (Orgs.). **O que NÓS conhecemos? Ensaios em epistemologia individual e social.** Porto Alegre: EDIPUCRS / Editora Fi, 2015. p. 15–43.

PASTERNAK, Natalia. **Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério.** São Paulo, SP: Editora Contexto, 2023.

QUIROGA, Tiago. **Pensando a episteme comunicacional.** 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

REESE, Stephen D. Writing the Conceptual Article: A Practical Guide. **Digital Journalism**, v. 11, n. 7, p. 1195–1210, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Jandaíra, 2019.

RÜDIGER, Francisco. **Epistemologia da comunicação no Brasil: ensaios críticos sobre teoria da ciência.** Vitória: Editora Milfontes, 2022.

SHIEBER, Joseph. **Testimony: A Philosophical Introduction.** New York/London: Routledge, 2015.

SIGNATES, Luiz (Org.). **Epistemologia da comunicação: reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional.** Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar ?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRONTO, Joan. **Caring Democracy: Markets, Equality, and Justice.** New York: New York University Press, 2013.

_____. **Moral boundaries: a political argument for an ethic of care.** New York: Routledge, 1993.

VOGEL, Matthias. Medien als Voraussetzungen für Gedanken. in: ROESLER, Alexander (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffes.** Frankfurt am Main: Fischer, 2003.

VOGELMANN, Frieder. **Umkämpfte Wissenschaften: zwischen Idealisierung und Verachtung.** Ditzingen: Reclam Verlag, 2023.